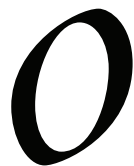


Tiarajú D'Andrea

Orientadora:
Profa. Dra. Vera da Silva Telles



REAL PANORAMA DA POLIS:
CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO EM FAVELAS LOCALIZADAS
EM BAIRROS DE ELITE DE SÃO
PAULO

044

pós-

RESUMO

Partindo de especificidades da região sudoeste de São Paulo, este artigo problematiza conflitos relacionados à produção social do espaço urbano. Para tanto, narra e analisa três eventos ocorridos em favelas localizadas nessa região. Ditos eventos, tratados como *cenas descritivas*, são: a compra, por uma construtora, de 70 moradias localizadas na favela Jardim Panorama; um despejo ocorrido na favela Real Parque; e um levante popular na favela Paraisópolis. Depreende-se, por meio da análise dos eventos em questão, que o processo de expulsão das classes populares dessa região reatualiza-se, fundamentalmente, por meio da coerção econômica, possibilitada pelo paulatino processo de privatização da gestão urbana. Dito processo se consolida por meio da operacionalização da legalidade e da ilegalidade pelo Estado, pela dificuldade de publicização das demandas pelos setores populares e pela transformação desses setores em mercado consumidor.

PALAVRAS-CHAVE

Segregação socioespacial. Favela. Conflitos na produção do espaço. Política urbana. Capital imobiliário. Paraisópolis. Real Parque. Remoções.

EL REAL PANORAMA DE LA PÓLIS:
CONFLICTOS EN LA PRODUCCIÓN
DEL ESPACIO EN FAVELAS
LOCALIZADAS EN BARRIOS DE ELITE
DE SÃO PAULO

pós- | 045

RESUMEN

Basado en las especificidades de la zona sudoeste de la ciudad de São Paulo, este artículo problematiza conflictos relacionados a la producción social del espacio urbano. De esa manera, narra y analiza tres eventos ocurridos en favelas ubicadas en esa región. Esos eventos, aquí tratados como *escenas descriptivas*, son: la compra, por una constructora, de setenta casas ubicadas en la favela Jardim Panorama; un desalojo ocurrido en la favela Real Parque; y un levante popular en la favela Paraisópolis. Por medio del análisis de estos acontecimientos, se concluye que el proceso de expulsión de las clases populares de esa región se reactualiza fundamentalmente por medio de la coerción económica, posibilitada por el paulatino proceso de privatización de la gestión urbana. Dicho proceso se consolida por medio de la operacionalización de la legalidad y de la ilegalidad por el Estado, por la dificultad de visibilización de los reclamos de los sectores populares y por la transformación de dichos sectores en mercado consumidor.

PALABRAS CLAVE

Segregación socioespacial. Favela. Conflictos en la producción del espacio. Política urbana. Capital inmobiliario. Paraisópolis. Real Parque. Desalojos.

THE REAL PICTURE OF THE POLIS:
CONFLICT IN THE PRODUCTION OF
SPACE IN SLUMS LOCATED IN ELITE
NEIGHBORHOODS OF SÃO PAULO

ABSTRACT

Based on the particular circumstances of the southwest region of São Paulo, this article discusses conflicts related to the social production of urban space, describing and analyzing three events in the slums located in this region. These events, treated as descriptive scenes, include: the purchase by a builder of 70 homes located in the Jardim Panorama shantytown; an eviction taking place in the Real Parque shantytown; and an uprising in the Paraisópolis shantytown. By analyzing these events, we infer that the process of evicting the poor from this region is primarily through economic coercion, made possible by the gradual process of privatization of urban management. This process is consolidated by both legality and illegality on the part of the government, the difficulty of publicizing the demands by the poorer population and the transformation of these sectors in the consumer markets.

KEY WORDS

Social-spatial segregation. Shantytowns. Conflicts in the production of the space. Urban politics. Real estate capital. Paraisópolis. Real Parque. Eviction.

empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005, p. 166). A partir dessa concepção, as parcerias público-privadas passaram a ser uma forma recorrente de intervenção na cidade, fundamentalmente por meio de investimentos em determinadas localizações. Essas intervenções seriam geridas por governos locais e tenderiam a valorizar tais localizações. No caso paulistano, uma das expressões do *empreendedorismo urbano* foi a soma de investimentos públicos e privados na região sudoeste, nas últimas duas décadas, das quais as Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada são os maiores exemplos (FIX, Mariana, 2001, p. 83; FERREIRA, João Whitaker, 2003; GUERREIRO, Isadora, 2010, p. 104).

O fato de as Operações Urbanas terem sido implementadas de maneira mais vultosa na região sudoeste não se dá por acaso, e relaciona-se com a própria história da produção do espaço na metrópole. Em São Paulo, as classes abastadas seguiram sempre a mesma direção de expansão. Partindo do centro, foram ocupando os espaços da cidade na direção sudoeste. Esse processo de deslocamento e incorporação de terrenos durou décadas, e até hoje segue ocorrendo (VILLAÇA, Flávio, 1998, p. 195). Dado que a *segregação socioespacial* é um produto de lutas políticas (HARVEY, David, 1992), das quais uma das principais resultantes é o fato de as elites produzirem as centralidades das cidades perto de suas residências, não é de estranhar-se que a direção das novas *centralidades*, como apontado por Heitor Frúgoli¹, siga o *vetor de expansão* das camadas mais altas da população, como analisado por Flávio Villaça.

Os eventos discutidos neste artigo ocorreram em favelas da região mais abastadas da metrópole, a sudoeste. Contudo, essas favelas são apenas três, de um número considerável desse tipo de assentamento existente nessa região. É certo que o surgimento das favelas Jardim Panorama, Real Parque e Paraisópolis não ocorreu apenas por causa da existência de empregos nas proximidades. Há de considerar-se que, na época do surgimento, essas favelas ocupavam terrenos pouco valorizados e existentes em abundância. No entanto, pode-se afirmar que o adensamento demográfico dessas favelas em muito se deve aos investimentos do setor imobiliário, que aumentou a presença de moradores da elite nessa região. Logo, a necessidade desses novos moradores de trabalhadores da construção civil e de manutenção predial, como também de serviços domésticos, fez aumentar a população favelada.

Adensadas sob a regência das edificações do entorno, as três favelas estudadas passaram a ser ameaçadas de desaparecimento pelo mesmo motivo que propiciou seu crescimento: a expansão do mercado imobiliário no bairro do Morumbi. Essa expansão transforma os terrenos das favelas em grandes glebas valorizáveis, que necessitam ser incorporadas pelo mercado, no sentido de realizar os valores existentes no entorno. Para essa realização, uma série de mecanismos são engendrados, por agentes interessados na valorização desses territórios.

Para a narração e a análise dos três eventos aqui discutidos, a pesquisa utilizou uma série de instrumentos metodológicos, como a etnografia, a observação participante e entrevistas. No entanto, para a reconstrução analítica dos referidos eventos, foi utilizado o recurso teórico-metodológico conceituado como *cenas descritivas*, pela socióloga Vera Telles². Narrar e analisar os referidos eventos como *cenas descritivas* pressupõe a conexão a macroprocessos dos fatos ocorridos, recuperando e colocando em evidência as distintas dimensões que perpassam e dão forma a esses eventos, e tentando compreendê-los sob a ótica

¹ Em seu livro *Centralidade em São Paulo* (2006), Heitor Frúgoli analisa os conflitos e as negociações entre diversos agentes sociais, nas disputas internas a cada centralidade e também provocando disputas entre essas. Seguindo uma ordem histórica, o autor define e estuda três centralidades na metrópole paulistana, a saber: o Centro, as avenidas Paulista e Luis Carlos Berrini.

² A explicitação dessa forma de reconstrução e análise dos fatos pode ser observada na seguinte passagem: “*não se trata de partir de ‘objetos’ ou ‘entidades sociais’, tal como se convencionou definir de acordo com os protocolos científicos das ciências sociais (‘a’ violência ou ‘o’ crime organizado, ou então ‘o’ trabalho ou ‘a’ moradia), mas sim de situações e configurações sociais a serem tomadas como ‘cenas descritivas’, que permitam seguir o traçado dessa constelação de processos e práticas, suas mediações e conexões*” (TELLES, 2007, p. 208).

das múltiplas determinações que os produziram socialmente. Procurou-se, então, colocar em relevo a dinâmica social e histórica que os produziu, as estratégias dos agentes envolvidos e os desdobramentos desses três eventos.

A FAVELA JARDIM PANORAMA

Localizada no subdistrito do Morumbi, a favela Jardim Panorama ocupa um terreno íngreme na margem oeste do rio Pinheiros. Atualmente, sua população é de, aproximadamente, 1.600 habitantes. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), o primeiro registro de assentamento ocorreu no ano de 1957. Além de construir ali suas habitações, as primeiras famílias também utilizavam o espaço para o cultivo de alimentos e como pastagem de animais (COHAB SÃO PAULO, 2004).

A mudança da forma de inserção da favela Jardim Panorama na produção econômica da metrópole ocorreu, quando, em meados da década de 1960, a Companhia Light passou a vender enormes extensões de terras nas imediações, para empresas do setor imobiliário. Esse período marca a transição, de uma lógica de uso dos terrenos da região baseada na economia de subsistência e no pequeno comércio, para uma lógica ditada pelo mercado imobiliário (SEABRA, Odete, 1987, p. 253). Já na década de 1970, essa passagem estava completa. Em artigo de 1973, Lúcio Kowarick aponta que, apesar da existência de áreas de roçado na favela, a tônica das atividades profissionais era imposta pela necessidade, na redondeza, de trabalhadores da construção civil³. Dessa forma, assim como no caso das favelas Real Parque e Paraisópolis, a favela Jardim Panorama se consolidava como um dos pontos de entrada e permanência de migrantes que buscavam emprego no ramo da construção civil, devido às oportunidades oferecidas pelo bairro do Morumbi.

Entre os anos de 1975 e 1985, houve um considerável crescimento demográfico na favela, expresso pelo adensamento na ocupação dos espaços e pela fragmentação dos lotes existentes. Cabe ressaltar que os serviços públicos básicos chegaram nessa época: o abastecimento de água em 1981 e o serviço de eletricidade em 1982, dada a pressão da demanda já consolidada na favela. A partir da década de 1990, com o aumento dos investimentos públicos e privados na região Sudoeste como um todo, a favela Jardim Panorama entrou com maior intensidade nos circuitos de valorização fundiária. Devido, fundamentalmente, à sua localização, uma série de estratégias foram colocadas em prática, com o intuito de realizar o potencial de valorização dos terrenos onde se edifica a favela, como se observará na sequência do texto. De fato, desde o começo da ocupação da favela Jardim Panorama, houve boatos que a mesma seria removida. Esses boatos passaram a intensificar-se em meados de 2005, com o começo da construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim.

Vizinho da favela, o Empreendimento Parque Cidade Jardim foi inaugurado em maio de 2008. Classificado como “Triple A”, é composto por 14 torres para usos residencial e comercial e um shopping de luxo. Todos os números da construção são gigantescos, do tamanho das edificações e dos apartamentos às cifras envolvidas. Os menores apartamentos possuem 240 m². Para aqueles dispostos a ratificar a estrutura piramidal que conforma a distinção dentro da

³ O referido artigo se denomina “Os Cidadãos da marginal” e é composto por uma série de entrevistas com moradores da favela Jardim Panorama (KOWARICK, 1993, p. 161).



Figura 2:
Imagem da favela
Jardim Panorama,
ao lado do
Empreendimento
Parque Cidade
Jardim, localizados
na margem
esquerda do rio
Pinheiros
Fonte: Google Earth
Elaboração: Usina

distinção (BOURDIEU, 2007), existe a cobertura triplex, com 2.100 m². A área do empreendimento é de 80 mil m², e o valor total da obra foi estimado em R\$ 1,5 bilhões, sendo parte dos recursos proveniente do BNDES.

A soma de variados elementos exclusivos e concentrados em um só lugar potencializa sua dimensão segregadora, transformando o empreendimento em um exemplo notável do que Teresa Caldeira denominou como *enclaves fortificados*, com presença dos cinco elementos básicos que os caracterizam: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços (CALDEIRA, Teresa, 2000, p. 265).

A chegada de um empreendimento tão luxuoso ao lado de uma favela composta por uma população tão pobre não poderia ocorrer sem conflitos. Entre o começo da construção, em 2005, até a inauguração do empreendimento, em 2008, uma série de embates e negociações ocorreram entre ambos os lados, mediados por uma série de agentes externos e internos.

Nessa época, alguns terrenos da favela receberam propostas de compra. Concomitante às propostas, várias obras passaram a ser realizadas ao redor da favela, depois da chegada do novo vizinho. Uma dessas obras foi um muro construído ao lado da Marginal do Pinheiros, para esconder os barracos da favela da visão dos motoristas. Ao perceber uma série de movimentações estranhas, o presidente da União de Moradores, na época, resolveu agir, à guisa de garantir a permanência dos moradores no local, diante de uma conjuntura cada vez mais incerta. De um lado, pediu ajuda a advogados, que começaram a entrar na justiça com uma série de pedidos de usucapião. Por outro lado, e ao mesmo tempo, o presidente pediu ajuda a um enorme projeto social instalado na vizinha favela Real Parque. O projeto, sem saber como interferir na questão que se colocava, resolveu contratar uma assessoria técnica, para que essa elaborasse um plano de urbanização participativo.

Ao chegar à favela, a assessoria técnica percebeu a impossibilidade de colocar em prática seu desejo inicial de elaborar um plano com esse caráter. Isso

ocorreu por dois motivos principais: a falta de recursos do projeto contratante para o trabalho da assessoria, e o fato de o presidente haver recorrido aos serviços de advogados. Esses avaliaram que o melhor a ser feito, naquele contexto, era entrar na justiça com pedidos de usucapião. Dada a conjuntura, a assessoria técnica elaborou um curso de educação popular, voltado ao entendimento da dinâmica de produção social do espaço. Para tanto, teve como principal aliado um coletivo de *hip-hop*.

As tensões geradas pelos acontecimentos que ocorriam na favela tiveram, entre seus principais desdobramentos, um protesto realizado pela população favelada, no dia de inauguração do *stand* de vendas do empreendimento, em maio de 2006. A principal demanda dos moradores era a aplicação de uma série de regulações urbanísticas previstas no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor da cidade de São Paulo. De fato, a luta dessa população ocorria contra as reatualizações do processo de segregação socioespacial, uma vez que, por lei, os instrumentos urbanísticos citados garantiriam a permanência da população nessas áreas.

Previstas pelo Estatuto da Cidade, as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) fazem parte de uma série de instrumentos os quais têm como objetivo a entrada no mercado legal de áreas ocupadas irregularmente, além da garantia da permanência de moradores de baixa renda nos locais em que se encontram. Em áreas delimitadas como Zeis, a intervenção pública deveria ser prioritária, seja com a efetuação gratuita de um usucapião, seja para a realização de uma urbanização, ou mesmo para a construção de moradias. Em outro âmbito, além de ser uma área de Zeis, a favela Jardim Panorama teria, por lei, o direito à outra fonte de recursos para a construção de moradias: a Operação Urbana Faria Lima.

As Operações Urbanas Consorciadas foram regulamentadas pelo Plano Diretor do Município, em 2002. O principal objetivo dessas intervenções seria promover melhorias em determinadas áreas da metrópole, por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, que seria a principal financiadora. Por meio dessa parceria, seria possível angariar recursos, inexistentes dentro do poder público, para o redesenho das áreas da Operação e, fundamentalmente, utilizá-los na melhoria das condições de habitação e de vida dos moradores pobres que residem nas áreas delimitadas pelas operações⁴. Cabe reter que, no perímetro da Operação Urbana Faria Lima, que comporta, além de bairros de classe média alta, as favelas Jardim Panorama, Real Parque e Coliseu⁵, o que, de fato, ocorreu, foi a priorização de obras de infraestrutura urbana, sobretudo viária. A inoperância do poder público, no que se refere ao cumprimento de legislações urbanísticas que protegem a população pobre, abriu caminho para que, no caso do embate entre a favela Jardim Panorama e o Empreendimento Parque Cidade Jardim, houvesse uma privatização das resoluções de um conflito.

Após o pedido de intervenção, pelo presidente da União dos Moradores, advogados acionaram a justiça com 11 pedidos de usucapião coletivo, em benefício da população da favela. Cada pedido se refere a um setor da favela, dividida em 11 partes. Cada um desses pedidos, referentes aos setores, é composto por, aproximadamente, 40 signatários. Um possível cenário para a favela Jardim Panorama, dentro de alguns anos, quando os moradores, por fim, forem proprietários, é que os terrenos sejam vendidos para terceiros por um preço bem abaixo do valor de mercado daquela região, dada a miséria

⁴ A principal fonte de recursos de uma Operação Urbana é a venda, pelo governo municipal, de Cepacs (Certificados de Potencial Adicional de Construção). Esse certificado permite ao seu possuidor a construção de edificações acima dos limites especificados pela legislação urbana vigente, no perímetro da Operação Urbana. Após a arrecadação de recursos, por meio da venda de Cepacs, são discutidas as prioridades de gasto pelo Conselho Gestor das operações. De acordo com a lei, o poder público deveria priorizar a permanência da população residente, considerando a valorização decorrente dos investimentos.

⁵ Meses depois da reintegração de posse ocorrida na favela Real Parque, em dezembro de 2007, a prefeitura apresentou oficialmente um plano de urbanização para essa favela. Na sequência do texto, discorreremos sobre essa urbanização.

econômica da população. Cabe ressaltar ainda que, dentro de alguns anos, e após a inauguração completa do Empreendimento Parque Cidade Jardim, a tendência é a de uma exorbitante valorização dos terrenos da favela, fato que tornaria quase impossível a permanência dos atuais moradores na área, devido à pressão econômica. Quanto aos advogados, o ganho das causas por eles impetradas reverter-se-ia em benefício econômico: depois de instituído o usucapião, 15 % do valor da venda de todo e qualquer terreno da favela Jardim Panorama (nesse caso, em forma de setores) terá de ser, necessariamente, revertido para os advogados.

Após os pedidos de usucapião, os terrenos da favela Jardim Panorama ficaram congelados, impedindo qualquer possibilidade de pedido de reintegração de posse. Desse modo, possibilitou um acordo entre o presidente da União de Moradores, os advogados e a construtora responsável pelo empreendimento. Nesse acordo, ficou definido que seria cancelado o pedido de usucapião em terrenos pertencentes ao empreendimento, desde que a construtora responsável indenizasse 70 moradores, ocupantes desses terrenos, no valor de quarenta mil reais. Negociadas as bases do acordo, as indenizações começaram a ser pagas, e as respectivas casas demolidas. Logo após, esses terrenos foram incorporados à área do Empreendimento Parque Cidade Jardim.

Da parte dos moradores indenizados, muitas foram as formas como se gastou o dinheiro recebido. Segundo relato de um morador: *“tem gente que comprou carro, tem gente que comprou besteira, tem gente que voltou pra Minas. Cada um gastou do seu jeito...”*⁶. No que tange à migração intraurbana, ativada pelo recebimento do dinheiro, a favela Paraisópolis foi o destino preferido. Segundo o mesmo morador citado: *“tem gente que, com vinte mil, comprou um barraco no Paraisópolis, muita gente foi pro Paraisópolis”*⁷. Outro grande porcentual de moradores indenizados alugou ou comprou casas no centro da própria favela Jardim Panorama, repassando o dinheiro recebido a outros moradores. Paradoxalmente, nos últimos tempos, a favela passou por um adensamento, em consequência do reassentamento das famílias indenizadas e da construção de casas e barracos por trabalhadores da construção civil empregados na obra do Empreendimento Parque Cidade Jardim. Na relação laboral entre a favela Jardim Panorama e seu entorno, tudo parece ter voltado há 40 anos, ou seja, extensão de canteiros de obras. Por outro lado, a maior ameaça de desaparecimento da favela é sua entrada na legalidade, com a efetuação dos pedidos de usucapião e a decorrente venda dos terrenos.

A FAVELA REAL PARQUE

A favela Real Parque se localiza no distrito do Morumbi, ao lado da Marginal do Pinheiros e em frente à Ponte Estaiada. Trata-se de uma favela maior que a Jardim Panorama, porém menor que a Paraisópolis. Sua população atual é de, aproximadamente, nove mil habitantes. Segundo dados da SEHAB, a favela Real Parque foi fundada em 1956. Nessa época, o ambiente semirrural ali existente se fazia notar por criações de animais e extensas áreas de roçado. Dessa forma, seu primeiro nome foi favela da Mandioca, devido às enormes plantações desse alimento na área.

⁶ Entrevista concedida ao autor por morador da favela Jardim Panorama.

⁷ Devido à oferta de serviços e lazer existentes na favela Paraisópolis, ela acabou sendo o destino preferido dos moradores expulsos de outras favelas da região. É o caso dos moradores removidos das favelas existentes ao lado do córrego Água Espraiada, que praticamente fundaram e adensaram a região mais pobre de Paraisópolis: o Grotão.

O principal motivo para o crescimento da procura por terrenos na favela Real Parque se deu pelo aumento de ofertas de empregos no entorno. Com a explosão de lançamentos imobiliários no bairro Real Parque e no Morumbi, nas últimas décadas, a consequente demanda por trabalhadores aumentou enormemente a população da favela.

De fato, a mudança de nome de favela da Mandioca para favela Real Parque ocorreu quando findou a produção econômica da área baseada na subsistência. O crescimento do bairro Real Parque acarretou uma maior possibilidade de acesso ao emprego (ainda que de maneira informal) para os moradores da favela. Ao ser incorporada, tanto geográfica como economicamente ao bairro Real Parque, a favela da Mandioca mudou de nome, passando a chamar-se favela (do) Real Parque.

Desde sua fundação, a favela sempre sofreu ameaças de remoção. No entanto, foi a partir dos grandes investimentos em infraestrutura urbana na região Sudoeste que os temores da população aumentaram, delineando as formas estratégicas de expulsão. Vários eram os indícios: a indenização aos moradores da favela Jardim Panorama; o desaparecimento da favela Jardim Edite para a construção da avenida Roberto Marinho; uma notícia de jornal que afirmava a existência de um projeto de urbanização para a favela, idealizado por uma associação de moradores do entorno rico⁸; a construção do Empreendimento Parque Cidade Jardim e, fundamentalmente, a construção da Ponte Estaiada, em frente à favela.

Inaugurada no dia 10 de maio de 2008⁹, a Ponte Estaiada é uma das maiores obras construídas pelo poder público na cidade de São Paulo. O projeto inicial da ponte previa um gasto de R\$ 147 milhões. No entanto, para sua inauguração, o gasto total estimado foi de R\$ 260 milhões¹⁰. Cabe lembrar que diversas fontes da imprensa divergiram sobre a quantia exata utilizada na construção da ponte. Contudo, todas as informações convergiam na afirmação que 30% do total dos gastos foram provenientes dos cofres públicos, e não da venda de Cepacs da Operação Urbana Água Espraiada. Esse fato contradiz o discurso justificador das Operações Urbanas. Tal discurso afirma que o dinheiro arrecadado com a venda de Cepacs, oriundo da iniciativa privada, pagaria todas as obras na região das operações.

No caso da Operação Urbana Água Espraiada, duas eram as prioridades de destinação da verba arrecadada: a construção da Ponte Estaiada e a construção de 600 Habitações de Interesse Social (HIS), para a população residente na favela Jardim Edite. Ainda que o discurso justificador das Operações Urbanas afirmasse que recursos privados resolveriam a questão das moradias precárias da população pobre residente na região, o que ocorreu, de fato, foi exatamente o contrário: a construção da Ponte Estaiada só ocorreu com a complementação, feita com recursos públicos, para o término da obra iniciada com recursos privados. Somente em dezembro de 2010, mais de dois anos depois de inaugurada a ponte, é que teve início a construção de um conjunto habitacional no Jardim Edite, com recursos oriundos da venda de Cepacs da Operação Urbana Água Espraiada. No entanto, apenas 249 unidades habitacionais estavam incluídas no projeto, menos da metade das 600 unidades prometidas inicialmente, e um número muito menor que o necessário para abrigar toda a população que algum dia residiu na hoje extinta favela do Jardim Edite.

⁸ *Jornal da Tarde*, 25/05/2006.

⁹ Como pode ser verificado, a inauguração da Ponte Estaiada ocorreu cinco meses depois da reintegração de posse na favela Real Parque, ocorrida em 11/12/2007. Contudo, quando da reintegração, a construção da Ponte estava já em fase adiantada, bem como a divulgação da mesma pelo poder público e a imprensa.

¹⁰ *Folha de S. Paulo*, 11/05/2008.



Figura 3: Ponte Estaiada vista a partir de um edifício do Projeto Cingapura da favela Real Parque
Foto: Tiarajú D'Andrea

Na senda dessa inversão, entre discursos justificadores e práticas distintas aos discursos, a Ponte Estaiada é o mais importante marco do processo de valorização da região¹¹. Tão importante, que esse símbolo da valorização de uma região passou a ser o símbolo da cidade. Para tanto, operou-se um mecanismo de espraição para toda a sociedade do que, na verdade, era o interesse de apenas um setor da sociedade, como observado por Flávio Villaça, ao discutir a instituição de visões sobre a cidade (VILLAÇA, Flávio, 1998, p. 344).

A referida transformação de interesses particulares em interesses universais somente foi possível por meio de um intenso trabalho midiático. Por um lado, a Ponte passou a fazer parte de inúmeras propagandas comerciais. Por outro, e sendo objeto de superexposição, a Ponte passou a ser o cenário de onde a maior emissora do País transmite, todos os dias, seu telejornal local, sendo esse um exemplo da produção de um sobrevalor. O ato de dar visibilidade insistentemente à região é uma forma de instituí-la como legítima, e, logo, a ponte, como símbolo legítimo da região legitimada. E o ocultamento é eficaz, na medida em que viabiliza o que se mostra. Nesse caso, ocultava-se, por meio da edificação da obra símbolo, o drama da população favelada.

Dentre todos os indícios de remoção mencionados, a construção da Ponte Estaiada foi o mais relevante, no que tange à percepção, pelos moradores, que grandes interesses econômicos pairavam sobre a favela Real Parque, decorrendo em ameaças à sua própria existência. Cabe lembrar que a reintegração de posse aqui discutida ocorreu em dezembro de 2007, na área da favela mais próxima da ponte e edificada depois dos outros núcleos consolidados. Seu nome: Vila Nova. Composta, sobretudo, por habitantes que buscavam sair das adensadas áreas centrais da favela, a Vila Nova começou a ser edificada em 2006. Com efeito, entender a história do terreno da Vila Nova contribui sobremaneira para o entendimento dos processos que envolveram historicamente a produção social do espaço na região. Ocupando um espaço de cinco mil metros quadrados, o terreno da Vila Nova inseria-se em um terreno maior, de 17 mil metros quadrados, que outrora pertenceu à Companhia Light. A forma em que a dita Companhia adquiriu esse terreno é, no mínimo, curiosa.

De acordo com a geógrafa Odette Seabra (1987), um contrato firmado, no começo do século 20, entre o governo do Estado e a Companhia Light, previa a concessão dos direitos de utilização de terras em favor da Companhia, para a realização das obras de retificação dos rios Pinheiros e Tietê, visando à geração de energia para a então incipiente metrópole. As terras das quais a Companhia disporia seriam aquelas situadas até a linha máxima de enchente do rio. Segundo Seabra, porém, a delimitação de qual seria a linha máxima ocorreu com a liberação propositada das águas da Represa Guarapiranga por parte da Companhia. Tal ato, efetuado no ano de 1929, elevou sobremaneira a vazão do

¹¹ Vale lembrar que, ao comprar Cepacs, o Empreendimento Parque Cidade Jardim foi um dos principais financiadores e beneficiados com a construção da Ponte Estaiada.

rio Pinheiros. Dessa forma, forjou-se, artificialmente, uma linha de máxima enchente (SEABRA, Odete, 1987, p. 187). No período entre 1929, quando ocorreu a enchente, e 1937, quando obteve juridicamente a concessão para trabalhar nas referidas terras, a Companhia Light efetuou a compra de inúmeros terrenos lindeiros ao perímetro a ela concedido, referente à máxima enchente. A estratégia da Companhia era evidente: ao efetuar melhorias nos terrenos a ela concedidos, às margens do rio Pinheiros, valorizava os terrenos vizinhos, que ela mesma adquiriu.

Quando de sua compra pela Companhia Light, no ano de 1937, o terreno onde se edificou a Vila Nova possuía, aproximadamente, 17 mil metros quadrados. Desses, dois mil foram incorporados por estarem abaixo da linha máxima de enchente, e os outros 15 mil foram adquiridos dos antigos proprietários. A partir da década de 1960, o poder público passou a desapropriar uma série de terrenos pertencentes à Companhia, em muitos casos com o objetivo de construir obras viárias, como a Marginal do Pinheiros. Após essas desapropriações, o terreno passou a ter 11 mil metros quadrados. Foi nessa época, também, que a Companhia vendeu grande parte de seu estoque de terras, com o intuito de não ter maiores prejuízos com as desapropriações.

Décadas depois, a Companhia Light passou a ser propriedade estatal, quando, em 1979, a Eletrobrás adquiriu o controle acionário da então Light. Em 1981, o estado de São Paulo adquiriu parte do sistema Light e fundou a Eletropaulo. Assim sendo, a Eletropaulo herdou grande parte do patrimônio da antiga Companhia Light, inclusive o terreno da Vila Nova, que, de privado, passou a ser público. No entanto, na década de 1990, no bojo da privatização de inúmeras empresas públicas, a Eletropaulo foi privatizada e dividida em quatro partes, originando quatro novas empresas. Uma delas é a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (Emae), que, nesse processo, incorporou inúmeros imóveis pertencentes à antiga Eletropaulo. Como se pode observar, uma breve genealogia do terreno em questão demonstra como a produção social desse espaço, expresso aqui na transferência de proprietários, obedece à própria dinâmica da lógica política do País e das relações entre capital privado e Estado, que sobressaem nessa região da metrópole.

Empresa de economia mista, a Emae é composta por capital público e privado. Dessa forma, as decisões inerentes ao funcionamento da empresa cabem, em última instância, ao governo do estado de São Paulo. Decisões referentes à empresa também são tomadas por seu Conselho Administrativo, que controla a diretoria. Contudo, tal Conselho deve representar também os acionistas que não diretamente pertencem ao Conselho. É a partir desse complexo fórum de decisões que a Emae, em meados de 2007, acionou o Poder Judiciário, propondo uma ação de reintegração de posse. Uma primeira tentativa foi negada pelo juiz da 5ª. Vara Cível, alegando que os documentos apresentados pela empresa não eram suficientes para justificar a medida. Todavia, tempos depois, a Emae acionou novamente o Poder Judiciário, propondo uma nova reintegração de posse. Nesse caso, a empresa utilizou artifícios, expressos na alteração do nome dos demandados e na mudança da data, para fazer parecer que havia menos tempo que a Vila Nova ocupava o terreno, do que o que fora relatado na primeira tentativa da empresa. Essa segunda ação violou frontalmente as normas

jurídicas. Havendo um juiz apreciado tal pedido e negado a concessão da liminar, essa decisão não poderia ser revista por outro juiz da mesma hierarquia que ele. Tampouco a empresa poderia ter alterado datas e nomes.

Ocorre que, agindo de má-fé, a Emae alcançou seu objetivo com relação à área da Vila Nova, uma vez que o juiz da 3ª. Vara Cível de Santo Amaro avaliou como procedente o pedido de liminar de reintegração de posse. A partir disso, foram acionados diversos órgãos competentes para levar a cabo a reintegração, e sem nenhum tipo de aviso às famílias residentes no local (outra irregularidade). Sem questionar a legitimidade jurídica da propriedade do terreno, ou a forma como foi encaminhado o pedido de reintegração de posse, um jornal de grande circulação afirmou, dias antes do ato, que a ocupação da Vila Nova era caso de polícia.

Em 11 de dezembro de 2007, foi efetuada a reintegração de posse em favor da Emae no terreno da Vila Nova, na favela Real Parque. Um imenso aparato foi colocado à disposição do cumprimento da ordem judicial, expresso na presença de inúmeros caminhões de mudança, carros de polícia, funcionários da prefeitura, policiais e até um helicóptero. Surpresa com a reintegração de posse, a população bloqueou a via expressa da Marginal do Pinheiros, com o objetivo de conseguir um canal de negociação. Houve repressão policial, e vários moradores ficaram feridos. Naquele contexto, bloquear a Marginal do Pinheiros significou dar visibilidade a um conflito até então invisível. Dita invisibilidade do conflito decorria justamente da construção de um consenso sobre qual seria o modelo de cidade legítimo. Logo, bloquear a avenida foi uma tentativa de questionar esse modelo e uma maneira difusa de construção de espaços públicos de discussão. Construção essa que, segundo o sociólogo Francisco de Oliveira, no Brasil, sempre ocorreu pela ação das classes populares (OLIVEIRA, Francisco, 1999, p. 60).

Mas a organização popular, que se fortaleceu após a reintegração, não conseguiu reverter o ato. Por meio da Defensoria Pública, uma ação foi impetrada para anular a decisão do Juiz da 3ª. Vara Cível. Dita anulação faria perder efeito a decisão e obrigaria a Emae a pagar indenizações às famílias ilegalmente removidas e ao Estado brasileiro. A referida ação, que demonstra como a Emae se utilizou de *Litigância de Má-fé* no processo, segue parada na justiça. Nesse caso, falta o referendo jurídico do que documentalmente já foi comprovado.

É interessante notar como a obsessão da Emae em realizar um despejo naquele terreno, e que se derivou em uma irregularidade jurídica, coadunava-se com a própria semiprivatização dessa empresa. Em reuniões de negociação após a reintegração de posse, o diretor administrativo, demitido dias depois, afirmou que tinha a necessidade de vender aquele terreno, para fazer caixa para a empresa, pois “[...] os acionistas minoritários estão pressionando. Eles têm racionalidade empresarial. Eles querem vender o terreno”.

É possível notar, nessa questão, uma dificuldade de diferenciar entre o público e o privado. Dita confusão, espécie de baralhamento de papéis, do qual fala Francisco de Oliveira (1999, p. 69), não é a exceção da estrutura da empresa, mas sua regra. Necessariamente, deve ser assim: com uma face pública, acessando recursos públicos que a financiem e tendo seus postos

ocupados por funcionários públicos, mas operando por uma dinâmica privada de maximização dos lucros e rentabilidade das ações, ainda que à custa da venda do próprio patrimônio que um dia foi público.

Ainda na senda da minimização da ação política do Estado, cabe notar que uma associação de moradores do entorno rico pressionou a prefeitura, no sentido de urbanizar a favela, utilizando um projeto seu, mas com recursos públicos. Foi ela também que pressionou a Emae a entrar com um pedido de reintegração de posse, colocando-se como terceira interessada, e ameaçou processar a prefeitura. Dita associação, expressão maior dos posicionamentos do entorno rico, é comandada por um advogado cujo escritório é especialista em processos de privatização.

Em geral, pode-se observar como, na reintegração de posse da Vila Nova, todas as formulações políticas foram realizadas por agentes privados. O caso exemplifica processos sociais de maior porte que ocorrem na zona sudoeste de São Paulo, onde a iniciativa privada blinda as discussões políticas, orientando de maneira inquestionável a forma como o poder público deve intervir. Esse, por sua vez, investe na região uma soma muito maior que em qualquer outra região da cidade, obedecendo a ditames que não partem de suas esferas.

Nessa trama de operações mal explicadas, na qual a ação estatal ampara a ilegalidade, e os interesses privados ordenam os processos urbanos, um incêndio de enormes proporções atingiu a favela Real Parque, no dia 24 de setembro de 2010. Dito incêndio teve início nos denominados “alojamentos”, uma área legalmente pertencente à Emae, mas que não poderia ser reintegrada juridicamente por essa empresa, por causa da ação da Defensoria Pública, que barrou as fases dois e três da reintegração de posse ocorrida em 2007, uma vez provada sua ilegalidade. Ou seja, no local onde a reintegração de posse não pôde seguir adiante, a população foi expulsa por um incêndio. Logo após o incêndio, que destruiu totalmente os alojamentos, o terreno salpicado de cinzas foi incorporado e cercado pela Emae, sem nenhuma contestação jurídica.

Figura 4: Incêndio na favela Real Parque/ setembro de 2010
Crédito: <http://passapalavra.info/?p=29567>



Golpeada materialmente, a população da favela Real Parque sofreu um revés subjetivo de enormes proporções, com o incêndio. Até aquele momento, a população conseguia questionar os conjuntos habitacionais propostos pela prefeitura, assegurando uma série de melhorias na proposta inicial e a discussão pública da obra. Após o incêndio, o terror sentido pela população fez refluir qualquer resistência às imposições da prefeitura. Utilizando o argumento da necessidade imediata de salvaguardar a segurança da população, as obras do polêmico Conjunto Habitacional, que substituirá a favela Real Parque, tiveram início no dia 29 de setembro de 2010, exatos cinco dias após o incêndio. No dia 16 de dezembro de 2011, foram inauguradas as primeiras unidades habitacionais desse conjunto.

A FAVELA PARAISÓPOLIS

Encravada no âmago do bairro mais abastado de São Paulo – o Morumbi, a favela Paraisópolis é a segunda maior da metrópole, com uma população estimada em 100 mil pessoas. Sua origem remonta ao final da década de 1930, quando trabalhadores da construção civil, ao edificar o Palácio dos Bandeirantes, resolveram fixar moradias próximas ao local de trabalho. Outra versão afirma que Paraisópolis nasceu na mesma época de um loteamento existente na então Fazenda Morumbi. Como os compradores não foram morar no local, deixando os terrenos vazios, esses, aos poucos, foram sendo ocupados por pessoas providas do nordeste brasileiro e do interior do estado de São Paulo. Pode-se concluir que a ocupação inicial da favela se deu pela conjunção de ambos os fatores, ou seja, pela necessidade de a mão de obra fixar moradia e pela existência de terrenos vazios.

A história da favela Paraisópolis pode ser entendida pela história da relação com seu entorno. Longe de exemplificar a possibilidade de uma convivência pacífica entre um bairro tão rico e uma favela tão pobre, como observado em alguns posicionamentos da imprensa e mesmo do meio acadêmico, a relação entre a favela e o entorno foi historicamente permeada por uma latente tensão. Pretende-se discorrer aqui como os pontos de tensão dessa relação foram se modificando, na medida em que se transformavam os tempos históricos e políticos de nossa sociedade. De maneira metodológica, essa relação será apresentada por meio de cinco temas, que, por sua vez, abrem a possibilidade de entender a dita relação por meio de momentos históricos que ocorrem com grau variável de concomitância. Os temas a serem abordados são: as relações de trabalho; as ameaças de remoção; a presença do terceiro setor; a urbanização da favela e a Operação Saturação.

O maior crescimento demográfico da favela Paraisópolis ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980. Esse aumento esteve ligado às possibilidades empregatícias existentes no entorno rico, seja na construção das obras de infraestrutura e dos inúmeros imóveis de alta renda existentes na região, seja na prestação de serviços para esse entorno. Assim, a relação entre a necessidade de emprego por parte dos moradores de Paraisópolis e a necessidade de mão

de obra por parte do Morumbi é o primeiro tema da relação histórica a ser abordada neste texto.

Atualmente, a maior parte dos moradores empregados de Paraisópolis é de profissionais da construção civil, de serviços domésticos ou manutenção predial (ALMEIDA & D'ANDREA, 2004, p. 96), e trabalha no entorno da favela. Se, de fato, as relações de trabalho se impuseram como elemento constitutivo de uma relação tensa, essa tensão deriva de uma surpreendente proximidade existente entre contratantes e contratados. Na tentativa de resolução do incômodo que Paraisópolis sempre representou para o Morumbi, houve, no começo da década de 1980, uma proposta de remoção da favela. Ainda sob a sombra do período ditatorial, tal proposta foi um arranjo entre as elites moradoras do entorno e o poder público, que projetou um complexo viário que desapropriaria a maior parte da favela. No bojo da ascensão dos movimentos sociais urbanos, que caracterizaram o período de redemocratização, a União dos Moradores de Paraisópolis foi fundada em 1983, contra essa iniciativa.

De fato, o crescimento demográfico da favela e a articulação interna foram fatores que impediram sua remoção. Foi também dessa impossibilidade que decorreu um terceiro momento da relação entre Paraisópolis e o Morumbi. Dito momento teve início, fundamentalmente, entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990, quando dezenas de ONGs passaram a atuar em Paraisópolis. Além da capacitação profissional e da atuação nas áreas de saúde e educação, essas entidades representam a necessidade de pacificação social da favela.

Financiadas por recursos públicos e privados, mas agindo de acordo com a demanda de seus articuladores, que quase sempre residem ou trabalham no entorno (BARLETTA, 2004), as ONGs expressam um momento de descenso dos movimentos sociais no plano político, e de diminuição dos investimentos do Estado na área social. Cabe destacar que a atuação do poder público, em saúde e educação, em Paraisópolis, sempre foi muito aquém das necessidades da população. De certo, o mecanismo engendrado pela assistência social promovida por essas ONGs neutralizou a população de Paraisópolis, dado que a expressão política dessa população passou a ser feita de maneira mediada pelos pressupostos dessas entidades, que, por sua vez, obedecem aos ditames das empresas financiadoras (ARANTES, 2004, p. 171-176). Apesar de oferecerem mais possibilidades de acesso a recursos para uma parte da população, existe um descompasso entre o efeito midiático e discursivo produzido e o que, concretamente, as ONGs afetam a vida em Paraisópolis como um todo. Segundo a percepção de uma moradora: *“as ONGs nunca vão construir casas, que é o maior problema de Paraisópolis.”*¹²

Já no século 21, pode-se visualizar o que seria um quarto momento da relação entre a favela e seu entorno: a urbanização de Paraisópolis. No atual contexto de valorização fundiária da região, Paraisópolis foi beneficiada com um projeto de urbanização. Esses recursos seriam oriundos de diversas fontes e comprovam como o poder público, atualmente, mostra-se presente de maneira mais ostensiva nessa favela, articulando-se com os interesses da elite moradora do entorno e do setor imobiliário, desejosos de valorizar a região¹³.

Geograficamente localizada em um ponto de expansão do denominado *vetor sudoeste*, uma hipótese aqui levantada é a que a urbanização de

¹² Entrevista dada ao autor por uma moradora de Paraisópolis.

¹³ Uma discussão sobre a relação tripartite existente entre Paraisópolis, entorno rico e poder público pode ser observada em D'Andrea (2006).



Figura 5: As caixinhas de luz recém-instaladas: motivo de revolta para os moradores
Foto: Tiarajú D'Andrea

Paraisópolis tenderá a expulsar a população da favela, por mecanismos econômicos. Em curto prazo, uma das consequências do projeto é a remoção direta de parte dos moradores. Segundo uma liderança local, “eles vão tirando o Paraisópolis de pouquinho em pouquinho”¹⁴. Em longo prazo, sabe-se que muitos habitantes venderão suas posses, devido aos encargos advindos da regularização fundiária, como água, luz e IPTU. Outra leitura possível de ser realizada é a que a urbanização funcione como uma espécie de “integração” de Paraisópolis à cidade, representando, no plano simbólico, o tão esperado desaparecimento da favela.

No que tange à participação da população, muitos moradores apontam que a urbanização de Paraisópolis ocorre sem reuniões regulares do Conselho Gestor, e que, mesmo quando essas ocorrem, é muito difícil a população fazer prevalecer seus interesses nesse fórum. Bem mais que a regularização fundiária e a valorização dos terrenos da favela e do entorno, a urbanização se faz sentir por meio de uma presença estatal nunca antes vista aí. Porém essa presença estatal pós-neoliberalismo expressa-se, de maneira evidente, por meio dos interesses privados daqueles agentes que se beneficiaram com o processo de venda de empresas estatais, e não pelo âmbito dos direitos sociais da população favelada. Nesse ponto, a privatização de empresas estatais do setor energético acelerou a chegada da eletricidade à população favelada. Não é à toa que os pontos de fricção mais evidentes entre a população favelada e a nova realidade imposta pela urbanização ocorreu quando da instalação das caixinhas de luz individuais nos domicílios, o que causou manifestações públicas organizadas pela população. No caso do fornecimento de água e esgoto, a empresa responsável por esse serviço possui, hoje, metade de suas ações controladas por acionistas. Operando com racionalidade empresarial, essa empresa tem metas de universalização do serviço, porque cada morador de favela é, em seu próprio léxico, um cliente.

Ainda na trilha das novas configurações sociais decorrentes da urbanização, vale citar que a principal empreiteira contratada para a abertura de ruas e avenidas em Paraisópolis é a mesma que financia um projeto assistencial na favela Real Parque. Se não bastasse, essa mesma empreiteira possui um

¹⁴ Frase proferida por uma liderança da favela Paraisópolis, em entrevista concedida ao autor.

considerável banco de terras no *vetor sudoeste* e ao redor de Paraisópolis. Logo, é uma das principais interessadas na valorização da região.

De fato, a presença estatal aumentou consideravelmente, com a urbanização de Paraisópolis. Essa entrada estatal, via urbanização, levou consigo interesses mercadológicos de empresas privadas e semiprivadas que vendem serviços como água, esgoto e eletricidade. Entretanto, é de suma relevância ressaltar que o fenômeno acima relatado ocorreu de maneira concomitante à entrada de outros agentes na favela. Em processo que teve início em 2003, o mando em Paraisópolis deixou de ser exercido por um famoso “pé de pato”¹⁵, expulso do local pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Se, há uma década, o tráfico de drogas não operava em larga escala em Paraisópolis, hoje é um agente que deve ser levado em consideração, na composição do tecido social local.

Enfim, como se pode notar, nos últimos anos, Paraisópolis mudou. Verifica-se o encarecimento do custo de vida, decorrente da semiprivatização de empresas de serviços básicos; o individualismo mercadológico expresso na lógica empresarial do tráfico de drogas, e uma forte presença estatal, com a urbanização. De fato, e em pouco tempo, Paraisópolis deixou de ser uma espécie de feudo comandado por um justiceiro pernambucano e foi mercantilizada. Diversos agentes sociais perceberam que o potencial econômico representado pela população favelada era pouco explorado: a partir de 2003, o tráfico se instala de maneira ostensiva, vendendo drogas; a partir de 2005, são instaladas caixinhas de água e de luz nas residências, pelas empresas semiprivadas que operam esses serviços; em 2008, Paraisópolis foi a primeira favela do Brasil a inaugurar uma unidade das Casas Bahia. Observa-se, nos exemplos supracitados, que a dita população era um nicho de mercado que começou a ser explorado em diversas vertentes. Desse modo, nota-se como sua transformação em consumidora ocorreu antes e com mais atributos do que sua transformação em cidadã plena de direitos políticos e sociais.

De fato, Paraisópolis passa por um período de mercantilização e racionalização das relações, que tem por desdobramento o esgarçamento do tecido social, levando muitos moradores a uma sensação de despertencimento ao local. De maneira sintomática, passaram a fazer reclamações: “vou vender minha casa por 20 mil. Se Deus quiser, eu saio do Paraisópolis”¹⁶. De fato, não assumir o local de moradia é a quebra simbólica necessária para a desmobilização política da população de um lugar.

Transformada em cliente pelos fornecedores de água e energia, padecendo de uma urbanização polêmica, que removeu inúmeras moradias, envolta em incertezas quanto ao seu futuro, marcada por relações de trabalho precarizadas, humilhada pela opressão simbólica resultante da riqueza desmedida vivenciada nas proximidades, com dificuldade de expressar publicamente suas demandas, temerosa pela presença do tráfico e acossada pela violência policial, Paraisópolis foi palco de um levante popular, em fevereiro de 2009. Órgãos da imprensa, a polícia e os moradores divergiram sobre a causa real que teria dado início ao protesto violento, protagonizado por jovens da favela. O evento se tornou polissêmico. No entanto, este artigo sustenta que nenhum levante teria ocorrido, se não houvesse, anteriormente, uma tensão latente no lugar. Após o levante, e de maneira cinematográfica, a favela Paraisópolis foi ocupada, durante 100 dias,

¹⁵ “Pé-de-Pato” é uma das formas de denominar a figura do “justiceiro”. As periferias de São Paulo foram dominadas por “justiceiros”, entre as décadas de 1970 e 1980. A principal atividade dessas figuras era inibir a ação de criminosos por meio de ações violentas. Espécie de poder privado, sustentava-se pelo medo e pela coerção aos moradores, e com a anuência das autoridades estatais. No caso de Paraisópolis, o “pé-de-pato” baseava sua ação nesses mesmos princípios. No entanto, dada a densa rede de parentesco e de migração constituída ao redor dessa figura, sua presença era aceita com maior grau na favela, se comparada à ocorrência do fenômeno em outras localidades (ALMEIDA; D'ANDREA, 2004).

¹⁶ Frase proferida por uma moradora, em entrevista concedida ao autor.

pela polícia. Até hoje, a população denuncia a forma como ocorreu essa presença, batizada de Operação Saturação, e que deixou sequelas nos corpos e feridas na dignidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se depreende da narração e da análise dos três eventos é um progressivo processo de expulsão das classes populares moradoras da região sudoeste. Esse processo se coaduna com o avanço das elites pelo *vetor sudoeste* e com a valorização fundiária e imobiliária da região como um todo, da qual as maiores expressões são a edificação de grandes obras, como a Ponte Estaiada e o Empreendimento Parque Cidade Jardim, e a urbanização da favela Paraisópolis.

De fato, o processo de desaparecimento das favelas ocorre em toda a região sudoeste da metrópole. No entanto, mesmo sendo um processo geral, é de notar-se que, no caso das três favelas estudadas, estratégias e articulações distintas foram operacionalizadas, como explicitado no texto. No caso da favela Jardim Panorama, foram realizados pedidos de usucapião, que garantirão a propriedade aos atuais moradores, e um arranjo privado entre dois agentes com desigual força política e econômica, expresso na compra de 70 barracos por parte de uma construtora. Na favela Real Parque, observou-se a operacionalização de uma reintegração de posse com uso da violência e expedida de maneira ilegal, um incêndio e a edificação de um polêmico Conjunto Habitacional. Por sua vez, na favela Paraisópolis, verificou-se a implementação de um amplo, porém contraditório, projeto de urbanização para o bairro, e a intervenção policial, por meio da Operação Saturação.

Partindo dos distintos arranjos utilizados em cada uma das favelas estudadas, é possível inferir que o processo de expulsão de suas populações ocorre, fundamentalmente, por dois mecanismos: de um lado, a coerção física, mecanismo auxiliar cuja efetivação facilita a implementação de um mecanismo principal, a coerção econômica.

A coerção física se expressa por meio da ação do aparato público repressivo, utilizado sob um tipo de interpretação das normas jurídicas. Explicitamente, nos casos das favelas Real Parque e Paraisópolis, ações policiais intimidaram os moradores. Isso posto, o aumento da tensão na vida cotidiana é a contraface da diminuição da necessária vontade de habitar esses locais. Populações acuadas e desmotivadas não questionam planos de urbanização pouco democráticos, aceitam indenizações espúrias e vendem suas posses por baixos preços. Outro elemento de coerção física foi o incêndio ocorrido na favela Real Parque. De origem proposital ou não, o fato é que a resultante dele foi a fragilização política da população. De fato, a coerção por meio do uso da violência é parte constitutiva dos conflitos pelo espaço e elemento socioespacialmente segregador, pelo próprio mecanismo que engendra, e por acelerar o processo de expulsão econômica.

A coerção econômica é um mecanismo que se revela, sobretudo, pela valorização dos terrenos da região e pelo encarecimento do custo de vida. Dito mecanismo é potencializado pela escassez de recursos da população favelada.

Nos três casos relatados, é interessante notar como a coerção econômica é colocada em prática por meio da legalização das propriedades, em um contexto de elevada desigualdade social. Dessa forma, concomitante a episódios de violência, permite-se que os mecanismos propriamente de mercado operem a troca de população. Isso pode ser observado na urbanização de Paraisópolis, atualmente em curso, na construção de edifícios na favela Real Parque, cujos apartamentos serão vendidos aos moradores, e nos pedidos de usucapião dos terrenos da favela Jardim Panorama.

É interessante notar que um elemento segregador que se soma à valorização dos preços dos terrenos é o encarecimento do custo de vida nas favelas. Nesse ponto, a semiprivatização de empresas públicas de serviços básicos é de fundamental importância. Operando sob a lógica privada, observa a população pobre como cliente e possui metas empresariais de maximização do lucro. Encarecendo o custo de vida, dita lógica se coloca como elemento socioespacialmente segregador. Logo, pode-se inferir que a privatização de empresas públicas teve desdobramentos sobre o espaço. Trata-se do efeito das privatizações *no* espaço, em um contexto já aprofundado de privatização *do* espaço.

Dito processo de privatização do espaço se expressa, fundamentalmente, por meio da subordinação do poder público aos interesses das empresas do setor imobiliário e da elite moradora da região. Cabe constatar que a atuação estatal é mutante, de acordo com a localização em que atua. Na região sudoeste, opera com mais recursos econômicos, mas subordinado politicamente, no que tange à forma de atuação. Nos bairros periféricos, o Estado, em suas variadas esferas, atua com maior poder de decisão, mas, comparativamente, com menos recursos.

Permeado por interesses internos e pressões externas, o Estado, por meio de sua face jurídica, opera o legal e o ilegal, sempre de maneira a cumprir a lógica da valorização da mercadoria-localização, vide o caso da ilegalidade da reintegração de posse na favela Real Parque e do processo histórico de irregularidades jurídicas do terreno da Vila Nova.

Hoje, por meio da balização jurídico-estatal, os terrenos das favelas estudadas passam por processos de legalização que os tornarão mercadorias a serem operadas pela lógica do mercado. No entanto, nesse contexto de relações econômicas assimétricas, não foram implementadas as regulações urbanísticas previstas no Estatuto de Cidade e no Plano Diretor. Não foi respeitada a condição de Zeis desses terrenos, e as Operações Urbanas se apresentam como instrumentos de acentuação das disparidades.

Cabe lembrar, no entanto, que tal processo de privatização da gestão urbana, de operacionalização arbitrária do legal e do ilegal e de reatualização da *segregação socioespacial* só ocorre pelo o que aqui se denomina *invisibilidade da pobreza*.

Dita invisibilidade se expressa na impossibilidade de um dos lados conflitantes fazer política, fazendo-se visível na cena pública e colocando suas demandas em fóruns públicos de discussão, seja via poder público, seja via imprensa. Nos casos apresentados, a representação dessa população é feita por ONGs, associações de moradores do entorno e Conselhos Gestores, que

dificultam a participação da população. Expressão de incompletude do processo democrático, a participação dessa população é referendada por alguma capacidade de consumo, e não pela noção de sujeitos de direitos sociais. Em suma, a privatização do espaço ocorre concomitante à privação de alguns setores das decisões sobre o espaço.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo & D'ANDREA, Tiarajú. "Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana" In: *Revista Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, n. 68, mar, p. 94-106, 2004.
- ARANTES, Paulo. "Esquerda e direita no espelho das ONGs". In: ARANTES, Paulo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, p. 165-189, 2004.
- BARLETTA, Maria Célia. *O caso do Instituto de Cidadania Empresarial: um estudo sobre a lógica, o imaginário e o discurso empresarial face à ação social de caráter público*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- COHAB SÃO PAULO. *Operações Urbanas – Relatório Jardim Panorama – Diagnóstico Sócio Organizativo*. PMSP, 2004.
- D'ANDREA, Tiarajú. *Nas tramas da segregação: O real panorama da pólis*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia - FFLCH-USP, 2008.
- . "Visões de Paraisópolis: violência, mídia e representações" In: *Revista Sexta-Feira*, n. 8 *Periferia*. São Paulo: Ed. 34, p. 85 a 98, 2006.
- FERREIRA, João Whitaker. *São Paulo: O mito da cidade global*. São Paulo: Tese de Doutorado – FAU-USP, 2003.
- FIX, Mariana. "Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade global". In: *Caderno CRH*. Salvador, vol. 22, n. 55, jan-abr, p. 41-54, 2009.
- . *São Paulo cidade global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- . *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GUERREIRO, Isadora. *Arquitetura-Capital: A funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2010.
- HARVEY, David. "Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio" In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, p. 165-190, 2005.
- . *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco*. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- . *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- . "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política" In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. (Orgs.) *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 55-81, 1999.

PAOLI, Maria Célia. "Apresentação e introdução" In: OLIVEIRA, Francisco & Paoli, Maria Célia. (Orgs.) *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 7-23, 1999.

SEABRA, Odete. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia – FFLCH-USP, 1987.

TELLES, Vera. "Transitando nas linhas de sombra, tecendo as tramas da cidade" In: OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, p. 195-218, 2007.

VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

Nota do Autor

O artigo aqui apresentado baseia-se em minha dissertação de mestrado. Agradeço à Fapesp a concessão da bolsa que me permitiu realizar a pesquisa.

Nota do Editor

Data de submissão: outubro 2011

Aprovação: janeiro 2011

Tiarajú D'Andrea

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Rua Professor Luciano Gualberto, 315. Cidade Universitária

05508-010 – São Paulo-SP, Brasil

Tel. (11) 3091-3724

tiaraju.dandrea@usp.br